

Formação e profissionalização de professores: a identidade profissional em questão

Josimar de Aparecido Vieira, Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (2011). Atualmente é Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da área de Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em didática e organização pedagógica do ensino, josimar.vieira@sertao.ifrs.edu.br

Reginaldo de Lima Oliveira, Mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT (IFPR), Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil, atua e possui experiência na área de Tecnologia de Informação, tribuno@pm.me

Cibele Savi Stelmach, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT. Possui experiência e atua na área de educação, nos temas de educação em saúde, educação profissional e tecnológica e ensino, cibele.stelmach@ifpr.edu.br

Resumo

A tríade conceitual de profissionalidade, profissionalismo e profissionalização são aspectos imprescindíveis a serem pontuados na consolidação da identidade docente. Neste ensaio esses princípios são analisados de forma articulada com a realidade atual, contando com apoio de revisão bibliográfica de escritos dos anos noventa até o momento atual. Constituído numa abordagem qualitativa, buscou-se compreender a identidade profissional dos professores tendo como parâmetros aspectos da realidade educacional contemporânea. Por se tratar de tema extenso, a produção encontra-se organizada de modo que apresenta conceitos da tríade profissionalidade, profissionalismo e profissionalização, aspectos da realidade atual da profissão docente e alternativas de ação para a constituição da identidade profissional dos professores. Esses pontos, apresentados de forma interligada e interdependente, indicam que as dificuldades que são impostas por políticas públicas, formuladas não raro com intuítos de controle e retirada da autonomia do professor, produzem impactos diretos em sua profissionalização. Noutra direção, propostas de reversão de imagem da identidade docente poderão ser construídas a partir da interação dos problemas da educação junto à comunidade escolar, reforçando aspectos de profissionalismo, articulando ações com respaldo externo, possibilitando assim levar a realidade da escola e da educação para além dos seus muros da escola.

Palavras-chave: Formação de professores, Profissionalização, Identidade profissional.

Teacher training and professionalization: the professional identity in question

Abstract: The conceptual triad of professionalism, professionalism and professionalism are indispensable aspects, to be punctuated in the consolidation of the teaching identity. In this essay these principles are analyzed in an articulated way with the current reality, counting on the support of bibliographical revision of writings from the nineties to the present. Constituted in a qualitative approach, it was tried to understand the professional identity of the teachers having as parameters aspects of the contemporary educational reality. Because it is an extensive topic, production is organized in a way that presents concepts of the professionalism, professionalism and professionalism triad, aspects of the current reality of the teaching profession and alternatives of

action for the constitution of the professional identity of teachers. These points, presented in an interconnected and interdependent way, indicate that the difficulties that are imposed by public policies, often formulated with control and withdrawal of teacher autonomy, have direct impacts on their professionalization. In another direction, proposals for the reversion of the image of the teaching identity can be built from the interaction of the problems of education with the school community, reinforcing aspects of professionalism, articulating actions with external support, thus enabling the reality of the school and education to be broadened. of its school walls.

Keywords: Teacher training, Professionalization, Professional identity.

Submission: 2019-01-14 **Approval:** 2019-08-19

Introdução

A sociedade atual está vivenciando tempos de indeterminações onde a ampliação do conhecimento e a capacidade de gerar riquezas estão interferindo na formação humana. Estas interferências vêm se manifestando de forma direta na atuação profissional do professor se constituindo em importantes configurações nas últimas décadas.

Neste contexto surge o entendimento sobre a deficiência de readquirir a profissionalidade docente, do rearranjo das particularidades da profissão na procura da estruturação da identidade profissional como condição necessária para que seja possível favorecer aos que laboram pela escola, e na busca de melhores condições de exercer a autonomia política e intelectual, o desenvolvimento da formação inicial, estabelecendo uma nova cultura, estando mais próximo de atingir as pretensões de maior credibilidade e respeito profissional.

Em diversas áreas, os profissionais apresentam comportamentos definidos como valores, competências, capacidades, atitudes, estabelecendo uma particularidade específica referente a uma determinada profissão e na docência estas características são fundamentais.

Muitas são as definições que envolvem a carreira docente, diante de tal contexto destacamos a profissionalidade como sendo o aperfeiçoamento docente na busca de um desenvolvimento profissional e pessoal, a profissionalização que é o processo pelo qual os docentes elevam seus rendimentos e seu poder de autonomia e o profissionalismo é o comprometimento docente com o projeto pedagógico da escola e com a prática de ensino e aprendizagem (PAULA JÚNIOR, 2012).

No Brasil, a profissão professor é vista pela maioria da população como uma carreira de salários insuficientes, pouco segura para ser seguida, desrespeitada por pais e estudantes, sendo subestimada quando se refere à jornada de trabalho. A procura pela

Vieira, Oliveira & Stelmach. Ensino & Pesquisa, v. 17, n.2. (2019), 37-50.

profissão tem sido cada vez menor, devido a diversos fatores que demonstram tanta desconsideração. A valorização docente apenas ocorre com desempenho discente.

Atualmente, as políticas públicas para a educação se fundamentam em averiguar índices e resultados, transcorrendo pela qualidade do ensino nas escolas públicas, sendo este um debate significativo quanto à contribuição para o desenvolvimento profissional dos professores. As incertezas se apropriam da esfera educacional, não apenas no entendimento institucional, mas da edificação da identidade profissional dos professores que são constituídos pelos processos institucionalizados de educação e suas práticas têm relação com os processos ensino-aprendizagem em diversos momentos e lugares, distinguindo por um trabalho participativo e social.

Diante desses indicadores está localizado o tema desse ensaio, que, partindo da importância dos princípios profissionalidade, profissionalismo e profissionalização e da análise da realidade da profissionalização docente na atualidade, tem o propósito de alargar o debate o processo de formação de professores. Parte-se do pressuposto que compreender a identidade profissional dos professores tendo como parâmetros aspectos da realidade educacional contemporânea é possível apontar alternativas de ação para a constituição da identidade profissional dos professores.

Toma como base estudos de autores/pesquisadores nacionais e estrangeiros que tratam da temática, constituindo-se, portanto, num estudo do tipo bibliográfico. Por se tratar de um tema abrangente, para a sua produção foram demarcadas três partes onde são apresentados conceitos da tríade profissionalidade, profissionalismo e profissionalização, aspectos da realidade atual da profissão docente e nas considerações finais são apontadas alternativas de ação para a constituição da identidade profissional dos professores.

A tríade profissionalidade, profissionalismo e profissionalização

Ao ser considerada a tríade profissionalidade, profissionalismo e profissionalização, envolvem-se nesta análise as proporções a serem balizadas no processo de elaboração e estruturação da trajetória docente: pessoal; profissional e institucional. Estes gêneros constituem e se mobilizam e incorporam a sociedade capitalista, que se retrata por meio de diferenças e especificidades que lhes são inerentes.

Libâneo (1998, p. 63), aborda que a profissionalidade docente é o “[...] conjunto de requisitos profissionais que tornam alguém um professor, uma professora [...]”. Estas *Vieira, Oliveira & Stelmach. Ensino & Pesquisa, v. 17, n.2. (2019), 37-50.*

condições estão relacionadas ao conhecimento, capacidades, habilidade e atitudes fundamentais para a atividade profissional e que determinam os professores dos profissionais das inúmeras áreas.

A profissionalidade é definida como natureza elevada e racional dos saberes bem como a competência para utilizá-los no exercício profissional. Essas capacidades são desenvolvidas por meio da ação dos especialistas e da formação contínua promovendo o aperfeiçoamento das competências e a utilização de saberes racionais no exercício da profissão, possibilitando maior eficácia coletiva e individual.

A profissionalização é uma das condições da garantia da prática profissional de qualidade: formação inicial e continuada nas quais o professor adquire conhecimento e habilidades que são premissas e condutas fundamentais à sua atividade, rendimentos e direitos trabalhistas conciliáveis com a natureza e instâncias da profissão e premissas aceitáveis de trabalho como recursos físicos e materiais, ambiente e clima de trabalho, práticas de organização e gestão.

No dicionário “Trabalho, profissão e condição docente” o verbete profissionalização docente é apresentado por Shiroma; Evangelista:

Refere-se aos processos de formação inicial e continuada dos docentes, desenvolvimento profissional, construção da identidade profissional. Duas vertentes de estudos se destacam, uma aborda a profissionalização como processo de formação profissional do professor; a segunda, o processo histórico de construção da docência e identifica as transformações sofridas pelos docentes (SHIROMA; EVANGELISTA, 2010, p. 1).

Para Núñez; Ramalho (2008), a profissionalização deve ser considerada enquanto uma unidade, caracterizada pelos aspectos interno e externo, num processo dialético de construção da identidade e do desenvolvimento profissional.

Giroux (1987) menciona que é necessário, acima de tudo, um estudo crítico e reflexivo das diversas áreas de desempenho docente, orientadas para as contingências concretas de transformação e para a formação de novos delineamentos de retorno às inúmeras espécies de arbitrariedades e abuso na relação com o trabalho, contrapondo-as ao discurso marcado pelo procedimento de centralização de deliberações e proliferação de mecanismos de domínio sobre o produto da prática docente.

O profissionalismo é apontado por Libâneo (2004) como uma atividade competente e o comprometimento com os deveres, compromissos e responsabilidades, agregados a

uma conduta ética e política categórica nos procedimentos concernentes a atuação profissional: domínio dos conteúdos e métodos de ensino, a dedicação ao trabalho, a participação na construção coletiva do projeto político pedagógico, o respeito aos estudantes, à diversidade cultural e social dos mesmos, a assiduidade, a pontualidade, o rigor no preparo e na condução das aulas. Faz referência ao processo de adesão ao discurso e às normas, à consciência e às exigências profissionais que são estabelecidas coletivamente. O processo que conduz ao profissionalismo é a socialização profissional por meio de um conjunto de atitudes que os membros de uma profissão desenvolvem em relação ao trabalho.

O autor ainda menciona que a compreensão sobre a premência do resgate da profissionalidade docente, do rearranjo das peculiaridades da profissão na procura da edificação da identidade profissional como condição é fundamental para que seja praticável beneficiar aqueles que passam pela escola e a possibilidade de praticar a autonomia política e intelectual. Destaca-se também que os professores devem aperfeiçoar seus conhecimentos, a partir da formação inicial, oportunizando uma nova cultura profissional, alcançando o desejo de maior confiabilidade e decência profissional.

Realidade da profissionalização docente

A profissionalização docente tem como base o seu estatuto, visto como o emaranho de legislações tanto no âmbito do serviço público quanto na iniciativa privada, onde é possível perceber diferenças de regime jurídico de contratação, remuneração, condições de trabalho. Nesta dinâmica é possível elencar quatro redes de ensino no Brasil: a) rede federal, b) rede estadual, c) rede municipal e d) rede privada, sendo que cada uma dessas redes possui suas responsabilidades e objetivos.

No sentido de precarização docente no serviço público, tem-se a instituição dos processos seletivos simplificados em Estados e Municípios que são suportados por leis destas esferas e considerados como alternativas menos onerosas do que a contratação pelo instituto do concurso público. Como exemplo desses processos consta a Lei Complementar do Estado do Paraná 108/2005 (PARANÁ, 2018^a).

Amparado nesta lei, no Processo Seletivo Simplificado (PSS) que está sendo realizado no Estado do Paraná para o ano 2019 (PARANÁ, 2018b), há 10.000 vagas para professores e pedagogos. Neste processo, para os períodos não trabalhados (férias

Vieira, Oliveira & Stelmach. Ensino & Pesquisa, v. 17, n.2. (2019), 37-50.

escolares) não há remuneração, recolhimento de contribuição previdenciária ou auxílio-transporte, retratando uma condição de desigualdade com o Quadro Próprio do Magistério (QPM), que conta com aproximadamente 61.000 professores, em consulta à página da Secretária da Educação do Paraná, “SEED em números” (PARANÁ, 2018c).

Com iniciativa como esta, constata-se atualmente no Estado do Paraná que uma política pública de contratação temporária de professores conta com um percentual de 14% do total de professores na rede de ensino desta unidade da federação, com condições de remuneração e de benefícios precários, porém com a mesma exigência de desempenho que se espera do professor do QPM, ressaltando aqui somente a comparação a título da política de contratação e benefícios que beira a um descaso com estes profissionais PSS, pois se avalia que o professor QPM também tem as suas limitações e lutas contínuas.

Tal política de contratação é constatada nos demais Estados, mudando somente a denominação. Como exemplos, no Estado de Santa Catarina, os professores contratados temporariamente são denominados de Admitidos em Caráter Temporário e no Rio Grande do Sul são chamados de Professores Contratados Temporariamente. De modo geral, tais contratações temporárias não permitem a fixação de um professor em determinada escola ou escolas, impedindo a construção de uma identidade do profissional docente em seu coletivo, bem como, a profissionalização também é afetada negativamente por tal política. No Paraná, além de professores formados também são aceitos acadêmicos a partir de 25% do curso completado, ou seja, para um curso de quatro anos, o primeiro ano completo (PARANÁ, 2018b).

Conforme destaca Nauroski (2014), quando são criadas e mantidas duas categorias de professores (estatutários e PSS) para efetivar a mesma ação, que é ensinar, tem-se um quadro frágil de direitos que assistem a estes últimos pelo contrato temporário assumido, de forma que até o direito à greve é prejudicado, direito este circunscrito no conceito de profissionalismo, sob ameaça de extinção do contrato temporário.

Para Melo (2009), há críticas neste movimento de contratações temporárias de professores e profissionais da educação, visto que a sucessiva repetição de PSS anualmente e por prazo dilatado, demonstra que não se reveste de critérios de temporariedade ou de necessidade extraordinária.

Todo este contexto precipita para um processo avaliativo de que a divisão em professores concursados e temporários leva a um problema conjuntural na identidade docente, que fica fragmentada pelos regimes de contratação diferenciados, onde a

Vieira, Oliveira & Stelmach. Ensino & Pesquisa, v. 17, n.2. (2019), 37-50.

desigualdade remuneratória e de benefícios tende inclusive a afetar negativamente a produção em sala de aula, gerando rotatividade inerente ao professor PSS, e ainda afetando a sua autoestima e qualidade como profissional da educação.

Como consequência das condições oferecidas nos editais de PSS, observam-se comentários por parte dos candidatos, veiculados em redes sociais, de que este trabalho é um mero “bico”, ou seja, apontado em uma linguagem coloquial de que como não existem boas possibilidades de remuneração ou de trabalho não poderá haver uma contrapartida com qualidade, é o profissionalismo em seu âmago de compromisso atingido por uma política pública equivocada, meramente voltada a redução de custos operacionais, sem o cuidado com a qualidade de ensino que tanto a camada da população mais carente quer e precisa.

Já a rede privada tem seus processos de contratação por recrutamento aberto ou baseados em provas seletivas, dependendo da instituição, onde encontramos duas modalidades, o professor contratado por valor mensal fixo e na segunda, os chamados horistas, que ganham conforme a quantidade de horas em sala de aula.

Além dessas considerações, torna-se necessário analisar o gerencialismo, copiado dos moldes empresariais, que está sendo aplicado à educação e que se propõe a controlar índices e metas. Como fundo de tela, observa-se o Plano Nacional de Educação (2014-2024) (BRASIL, 2014), que na sua Meta 16, prevê 50% dos professores da educação básica em cursos de pós-graduação (*lato e stricto sensu*), com implementação de plano de carreira e que influi diretamente no trabalho dos professores em sala de aula e ainda afeta a sua autonomia e por consequência sua profissionalidade. Porém, os gestores públicos optam por índices de produtividade instituídos ao invés da valorização pela carreira, uma assimetria no que se propunha inicialmente o PNE (PIOLLI; SILVA; HELOANI, 2015).

Nesta direção, a produtividade em sala de aula, assim chamada e aplicada à educação, preocupa-se primeiramente na geração de números de aprovações a cada ano escolar, evitando-se a todo custo as retenções de estudantes, gerando alguns equívocos, como o analfabetismo funcional. O estudante avança sem o domínio mínimo do conhecimento esperado, visando melhorias no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tratando-se somente do aspecto quantitativo.

A autonomia do professor, em aplicar a proposta pedagógica da escola e avaliar de acordo com parâmetros que possibilitem ao estudante um desenvolvimento pleno de suas capacidades, esbarra nas metas e normativas impostas por gerentes burocratas, já que o

Vieira, Oliveira & Stelmach. Ensino & Pesquisa, v. 17, n.2. (2019), 37-50.

estudante será aprovado, mesmo sem as condições mínimas de desenvolvimento sob o eixo da qualidade e até do reaprender.

O processo contínuo de metas visando à não-retenção de estudantes, ano após ano, tem fragilizado o profissionalismo do docente, já que este é que conhece a realidade e a prática da sala de aula, bem como os estudantes que trabalham durante todo o período letivo.

Como alternativa para enfrentamento deste ritual está o princípio da gestão escolar democrática que é tida como uma proposta para se desenvolver um ensino de qualidade (PASSADOR; SALVETTI, 2013). Efetivada por meio da participação nos Conselhos Escolares que são colegiados com representantes dos vários segmentos da comunidade escolar, apresenta-se como um fórum de discussão da vida da escola, assim como onde são discutidos os problemas e virtudes do corpo docente. Se por um lado, o gerencialismo produz atos centralizados de controle de metas e produtividade, é no Conselho Escolar, onde se pode discutir no coletivo os impactos para o profissionalismo docente com a implantação destas políticas com cunho gerencial.

Outro aspecto importante que merece ser destacado diz respeito a produtividade acadêmica ligada aos professores de programas de pós-graduação como causadora de adoecimento (FERREIRA BORSOI; SILVA PEREIRA, 2014), visto que a possibilidade do recebimento de bolsas ou de financiamento estão diretamente atrelados à uma busca frenética por produção científica, ou seja, as medidas quantitativas acabam por sobrepujar as qualitativas num ambiente competitivo com consequências que prejudicam a saúde e o próprio desenvolvimento científico.

Outro aspecto importante a ser destacado na análise da realidade profissional dos professores diz respeito à luta dos servidores públicos por salários, direitos e condições de trabalho, que conquistaram o direito de sindicalizar-se a partir da Constituição de 1988. Nesta direção, devido ao engajamento de sindicatos de professores, estes quase sempre assumem o protagonismo em movimentos conjuntos do serviço público para as greves deflagradas, cuja formação social historicamente sempre esteve associada ao conflito (SMAHA CORRÊA; VENTURINI, 2017).

Diante dessas considerações, o fortalecimento da identidade docente que é construída ao longo dos anos, proveio da busca coletiva pela profissionalidade (o aperfeiçoamento intelectual), a profissionalização (formação inicial e continuada) e o

profissionalismo (interesse, preocupação com a sociedade). Tais institutos são defendidos em último grau por greves, onde citamos o profissionalismo.

Como exemplo da presença do profissionalismo, recentemente, no ano de 2015 em Curitiba, ocorreu o episódio conhecido como o Massacre de 29 de abril, com repercussão mundial. Neste evento, professores e demais servidores foram rechaçados pela Polícia Militar, sob o comando do Governador e da Secretaria de Segurança Pública. Defronte à Assembleia Legislativa, em força desigual com projéteis não letais e bombas de gás lacrimogênio, no Centro Cívico da Capital, sede dos Poderes Estaduais, este massacre ocorreu no momento em que se votavam alterações na Previdência dos Servidores (CORREA, 2015). Este acontecimento refletiu e ainda hoje se reflete sobre o profissionalismo dos professores, atingidos não só física, mas moralmente, sendo considerado como um episódio que serve como base de fortalecimento das lutas a que historicamente estão ligados os professores.

Este massacre de 2015 repetiu o episódio 30 de agosto de 1988, onde também houve violência física por parte da Cavalaria da Polícia Militar contra professores em greve (MENEZES, 2012). Historicamente, avalia-se que fatos acontecidos trazem lições importantes à sociedade. O conflito em 2015 tomou corpo em desfavor do lado da classe dos professores e demais servidores, que afetaria o seu estatuto e a sua profissionalização, ou seja, cidadãos que se apresentaram e se manifestaram pela contrariedade à votação que afetaria suas aposentadorias pela mudança de gestão do fundo de previdência.

Analisando agora a sala de aula, considerado espaço onde também se forma o atual e futuro cidadão, que é missão da escola colaborar para que seja autônomo e emancipado sobre a sua atuação política e social, o professor tem papel fundamental nesta construção (aspecto do profissionalismo), não só pela transmissão e produção do conhecimento, mas pelos valores e exemplos que propaga e cujas premissas estão insculpidas no Art. 2º da LDB/96 (BRASIL, 1996), onde preconiza que a educação, dever da família e do Estado, prepara para a cidadania e qualificação para o trabalho.

A esperança de um futuro digno às populações de baixa renda se funda muito na educação, que proporciona uma evolução intelectual, social e de renda. Neste aspecto, associado com a cidadania citada anteriormente, entende-se que os professores têm uma responsabilidade enorme na formação do sujeito estudante que se transforma ao longo dos seus anos em cidadão e profissional.

A atualização intelectual passa pela formação continuada do professor, operada pela profissionalidade, em consequência, não só propriamente das mudanças exigidas em sala de aula, mas também dos anseios e do *status quo* da própria sociedade que evolui continuamente. Esta atualização é importante para o professor administrar os vários conflitos que ocorrem no ambiente escolar, que em muitos aspectos, carrega muitas das representações extras escola e do cotidiano e que são novidades a que o professor não se encontra preparado de imediato (CANTARELLI; GENRO, 2016).

Charlot (2014) ainda nos remete a uma dicotomia do professorado, onde por um lado é um herói, pois apesar de toda a dificuldade no ofício, o professor levanta bandeiras de melhoria do ensino, é incansável no relacionamento com os estudantes, reverte situações de total abandono, seja institucional ou daquele incorrigível discente, que na verdade pede ajuda e não sabe como (é o profissionalismo em ação). O outro lado é quando o professor é vítima, seja da violência em sala de aula, do desprestígio como profissional, das condições insalubres a que é acometido independente de sua vontade, e da correria insana de ministrar aulas em várias escolas para prover o mínimo para si e para a família.

Não se pode deixar de fora a formação inicial, em momentos tão criticada como insuficiente, ineficaz, tradicional, mas que vem apresentando propostas de melhoria pelas várias visões que compõem a geração das diretrizes dos cursos, citando a Resolução Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno - CNE/CP 02/2015, que determina as diretrizes curriculares nacionais para formação inicial e continuada para licenciaturas e Pedagogia (BRASIL, 2015).

Na formação continuada, destaca-se o oferecimento de cursos na modalidade de Educação a Distância para professores das redes de ensino municipal e estadual, com vistas à obtenção de graduação no nível superior pela UAB – Universidade Aberta do Brasil, bem como os programas de Mestrado Profissionais para Professores da Educação Básica que são formados nas diversas licenciaturas, oferecidos em rede por diversas Universidades Públicas, o chamado PROEB (CAPES, 2018). Neste sentido, observa-se o esforço dentro do PNE para melhoria da formação inicial e continuada como plataforma nacional, abrangendo principalmente as regiões mais afastadas dos grandes centros, favorecendo a profissionalidade dos professores.

Considerações finais

Neste ensaio foram realizadas análises da realidade conjuntural que estão intrinsecamente ligadas ao universo da atuação profissional do professor, perpassando desde a formação, a precarização, a associação sindical, o conflito por direitos, a tragédia, a missão, os conceitos profissionais da profissionalização, da profissionalidade e do profissionalismo articulados à construção da identidade docente.

Apresentou-se um panorama em contínua transformação, em que o professor, que está presente desde a educação infantil até a formação de doutores, é um sujeito fundamental no processo de transformação que busca uma sociedade minimamente mais justa e que em seu conjunto, é extremamente complexa.

Diante das considerações apresentadas neste ensaio é possível destacar que o professor é um sujeito que está sendo questionado na sociedade contemporânea, sendo apontado como um trabalhador da contradição. Conforme destaca Charlot (2014), espera-se que o professor seja ideal dentro da expectativa popular, porém o professor é um profissional atual, divergindo daquilo que se idealiza em suas práticas calcadas na realidade educacional brasileira, e aqui há um grande ponto de tensão, temos duas identidades docentes, uma externa e outra interna.

A tensão, gerada por estes olhares diferenciados, tem que ser examinada junto à comunidade a que serve o professor, ou seja, apresentar os aspectos de profissionalização e a expectativa de profissionalidade que o professor pode trilhar e oferecer como resultado aos estudantes. Esta aproximação junto à comunidade escolar tende a estreitar os laços com pais e estudantes, desmitificando o professor ideal.

O Conselho Escolar, dentro dos preceitos da gestão democrática, deve ser visto como um fórum da comunidade da escola, onde se devem apresentar soluções rápidas aos problemas imediatos, dentro da sua autonomia. Pode ser instrumento onde os professores têm inserção social e voz ativa, inclusive com vistas à possibilidade de convencimento dos demais sujeitos envolvidos no ambiente escolar e reversão de decisões que não agreguem aos processos internos de sala de aula.

A percepção que se tem externamente é de que os professores são bem organizados sindicalmente e que existe uma orquestração para mobilizar um grande número de sindicalizados para momentos de greve e manifestações. Porém, na atual conjuntura, tais movimentos por si só já não bastam.

Vieira, Oliveira & Stelmach. Ensino & Pesquisa, v. 17, n.2. (2019), 37-50.

É necessário, na atualidade, usar também da inteligência sindical para além de reivindicação de melhorias, mas propor soluções em conjunto com outros segmentos societários, sejam eles agentes políticos ou não. Se a educação permeia a sociedade, é preciso permitir que os demais processos sociais atuem, direta ou indiretamente, nas instituições de ensino e nelas, nas salas de aulas.

A mobilização de grupos de professores especialistas terá que articular propostas e diálogos com os demais segmentos societários, associações, fóruns, estudantes e seus pais. Nesta dinâmica, o profissionalismo pode ser bem usado transcendendo o tradicional movimento de enfrentamento, articulando ações com respaldo externo, possibilitando assim levar a realidade da escola e da educação para além dos seus muros.

Os sindicatos, associações fundamentais à profissionalidade, podem apontar as necessidades de formação de seus professores e propor aos entes governamentais, programas de pós-graduação voltados à necessidade local. Tais propostas sairiam do seio da própria categoria, que conhece como ninguém as realidades das escolas e que por isso podem propor por meio de diagnósticos coletivos e fundados nos problemas que precisam de soluções de curto prazo.

Neste itinerário, busca-se também combater a paralisia burocrática que permeia os órgãos públicos responsáveis pela educação, que frequentemente, até que bem-intencionados, porém, desligados do campo prático, não conseguem suprir a demanda de forma tempestiva no alvo que os professores anseiam.

Outra proposta é que, o próprio sindicato amplie o seu papel que, além das lutas já cristalizadas, o conjunto dos professores especialistas possam capacitar seus membros, desenvolvendo uma formação com liberdade de conteúdo, sem eventuais arramas programáticas, onde o aproveitamento pode ser vantajoso em termos de crescimento profissional e intelectual, reforçando novamente a qualificação do professor, em outras palavras, a sua própria profissionalidade.

Em relação aos processos de contratação por meio de processo seletivo simplificado ou outros processos equivalentes, como há um número elevado de vagas nestes processos que se renovam, em regra de ano em ano, o que se propõe é a contratação progressiva de professores por meio de concursos públicos com a finalidade de reduzir vagas em processo seletivo simplificado.

Os casos extraordinários de necessidade em que se faz correta a utilização desta possibilidade seriam atendidos pelo processo seletivo simplificado, ademais propõe-se a

Vieira, Oliveira & Stelmach. Ensino & Pesquisa, v. 17, n.2. (2019), 37-50.

revogação legal de regime de contratação tão precária, frequentemente associados às esferas estaduais e municipais, com o objetivo de aproximar-se das condições de contratação temporária da esfera federal, onde há uma maior preservação da maioria dos direitos trabalhistas do professor substituto, aumentando o grau de profissionalização e de profissionalismo da classe dos professores.

São ações ousadas e arriscadas, não há dúvida, em que usa a estratégia de convencimento de outros agentes, que em um primeiro momento tem uma ideia muito diferente da realidade educacional, onde a identidade docente interna não é conhecida, mas que pode trazer benefícios a longo prazo para a educação e por conseguinte à classe dos professores, que reforça o seu compromisso (profissionalismo) em oferecer o melhor para seus estudantes.

Essas constatações acompanhadas dos apontamentos mencionados anteriormente sugerem outras buscas teóricas e novas análises de novos dados de processos de formação e profissionalização de professores. Essas considerações aqui situadas são recentes e necessitam ser aprofundadas e melhor validadas em outros trabalhos de pesquisa. Trata-se de um tema fecundo para novas investigações, não só para recriar a identidade profissional dos professores como também para possibilitar a formação de profissionais autônomos, participativos e críticos, capacitados a refletir e produzir novos conhecimentos, tendo como ponto de partida e de chegada a apreensão da realidade existente.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 21 nov. 2018.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. **Resolução CNE/CP nº 02/2015 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf&category_slug=agosto-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 22 nov. 2018.

CANTARELLI, J. M.; GENRO, M. E. H. Professores e diversidade na sala de aula: desconstruindo preconceitos e potencializando cidadania. **Revista Reflexão e Ação**, v. 24, n. 2, p. 280-297, ago. 2016.

CAPES. **Mestrados Profissionais para Professores da Educação Básica - PROEB**. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/educacao-a-distancia/proeb>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber às práticas educativas**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CORREA, M. D. C. A greve dos professores no Paraná em 2015: política, subjetividade, resistência. **Emancipação**, v. 15, n. 2, p. 317–335, 2015.

FERREIRA BORSOI, I. C.; SILVA PEREIRA, F. Professores do ensino público superior: produtividades, produtivismo e adoecimento. **Universitas Psychologica**, v. 12, n. 4, 20 jan. 2014.

GIROUX, H. **Escola crítica e política**. São Paulo: Cortez, 1987.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 1998.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MELO, F. J. G. DE. **Admissão de pessoal no serviço público**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

MENEZES, F. L. **Identidades e memória: a greve dos professores do Paraná de 1988**. Dissertação de Mestrado. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 17 out. 2012.

NAUROSKI, E. A. **Trabalho Docente e Subjetividade: A Condição dos Professores Temporários (PSS) no Paraná**. Tese de Doutorado—Curitiba: UFPR, 17 out. 2014.

NÚÑEZ, I. B.; RAMALHO, B. L. A profissionalização da docência: um olhar a partir da representação de professores do ensino fundamental. **Revista Iberoamericana de Educación**, OEI, n. 46, 9-10 setembro de 2008. Disponível em: <file:///D:/Favorites/Downloads/2504Beltran.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

PARANÁ. **Lei Complementar 108 - 18 de Maio de 2005 - Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, conforme especifica**. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=7352>>. Acesso em: 18 nov. 2018a.

_____. **Secretaria da Educação do Paraná - Processo Seletivo Simplificado - PSS 2019**. Disponível em:

Vieira, Oliveira & Stelmach. Ensino & Pesquisa, v. 17, n.2. (2019), 37-50.

<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pss/2019/edital572018gs_pss2019prof25102018.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018b.

_____. **SEED em números**. Disponível em: <<http://www4.pr.gov.br/escolas/numeros/>>. Acesso em: 22 nov. 2018c.

PASSADOR, C. S.; SALVETTI, T. S. Gestão escolar democrática e estudos organizacionais críticos: convergências teóricas. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 123, p. 477–492, jun. 2013.

PAULA JÚNIOR, F. V. DE. Profissionalidade, Profissionalização, Profissionalismo e Formação Docente. **Scientia**, v. 1, n. 1, p. 1–20, nov. 2012.

PIOLLI, E.; SILVA, E. P. E; HELOANI, J. R. M. Plano Nacional de Educação, autonomia controlada e adoecimento do professor. **Cadernos CEDES**, v. 35, n. 97, p. 589–607, dez. 2015.

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. Profissionalização docente. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. Dicionário: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: <http://www.gestrado.net.br/?pg=dicionario-verbetes>. Acesso em: 25 jan. 2013

SMAHA CORRÊA, D.; VENTURINI, M. C. A história e a memória e os efeitos de sentidos de (des)encontros sócio-políticos. **Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, v. 24, n. 40, 12 jun. 2017.